

O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NORMAIS EM MATO GROSSO (1937–1947)¹

EL CIERRE DE LAS ESCUELAS NORMALES EN MATO GROSSO (1937–1947)

THE CLOSING OF NORMAL SCHOOLS IN MATO GROSSO (1937–1947)



Rômulo Pinheiro de AMORIM

e-mail: romulo79@gmail.com



Elizabeth Figueiredo de SÁ

e-mail: elizabethfsa1@gmail.com

Como referenciar este artigo:

AMORIM, R. P.; SÁ, E. F. O fechamento das escolas normais em Mato Grosso (1937–1947). **Rev. Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp. 1, e023013, 2022. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v12in.esp.1.17108>



| **Submetido em:** 20/12/2021

| **Revisões requeridas em:** 15/01/2022

| **Aprovado em:** 18/02/2022

| **Publicado em:** 22/04/2022

Editora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Este texto foi produzido a partir da pesquisa desenvolvida durante o pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFMT.

RESUMO: Este texto tem como objetivo analisar as representações construídas em relação ao ensino normal diante do fechamento das escolas normais em Mato Grosso, no período de 1937 a 1947. O recorte temporal selecionado deve-se ao encerramento das atividades da Escola Normal Pedro Celestino no final de 1937, bem como à retomada do ensino normal em 1947. Diante dessa situação, questiona-se como a extinção das escolas normais foi retratada nos documentos oficiais emitidos pela gestão estadual. O embasamento teórico para este estudo consiste no conceito de representações desenvolvido por Roger Chartier (1990), assim como na abordagem de Antônio Nóvoa (1995) sobre a profissionalização docente. Para a elaboração deste artigo, foram consultados os decretos e mensagens governamentais encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso. As narrativas presentes nos documentos públicos buscavam retratar que a decisão de fechar a instituição de formação de professores proporcionaria um cenário propício para o desenvolvimento do ensino estadual.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. História da Educação. Educação Mato Grosso.

RESUMEN: Este texto busca analizar las representaciones construidas sobre la enseñanza normal frente al cierre de las escuelas normales en Mato Grosso, en el período de 1937 a 1947, así como el restablecimiento de la enseñanza normal en 1947. Frente a esta situación, surge la pregunta: ¿cómo se representó la extinción de las escuelas normales en los documentos oficiales emitidos por la administración estatal? El subsidio teórico para este estudio fue el concepto de representaciones elaborado por Roger Chartier (1990); así como el enfoque de Antônio Nóvoa (1995) sobre la profesionalización docente. Para este artículo, fueron consultados decretos gubernamentales y mensajes ubicados en el Archivo Público de Mato Grosso. Las narrativas transmitidas en el documento público buscaban representar que la decisión de cerrar la institución de formación docente brindaría un escenario favorable para el desarrollo de la educación estatal.

PALABRAS CLAVE: Formación docente. Historia de la Educación. Educación en Mato Grosso.

ABSTRACT: This text analyzes the representations constructed regarding normal education in light of the closure of normal schools in Mato Grosso from 1937 to 1947. The selected timeframe is based on the termination of activities at the Pedro Celestino Normal School in late 1937 and the resumption of normal education in 1947. The question arises as to how the extinction of normal schools was portrayed in the official documents issued by the state administration. The theoretical framework for this study is based on the concept of representations developed by Roger Chartier (1990), as well as the approach of Antônio Nóvoa (1995) on teacher professionalization. For the elaboration of this article, decrees and governmental messages found in the Public Archive of Mato Grosso were consulted. The narratives present in the public documents sought to portray that the decision to close the teacher training institution would provide a favorable scenario for the development of state education.

KEYWORDS: Teacher development. History of Education. Education in Mato Grosso.

Introdução

As pesquisas sobre a formação de professores primários em Mato Grosso têm se ampliado nos últimos anos nos programas de pós-graduação em educação, principalmente quando se estendeu a investigação para períodos que abrangem o início da República até os anos 1960. Diversos grupos de pesquisa que abordam a história da educação mato-grossense desenvolveram estudos relacionados às escolas normais, especialmente com o aumento do número dessas instituições após os anos 1940. Desse modo, as pesquisas de mestrado e doutorado procuraram retratar os aspectos relacionados à criação, organização, funcionamento, práticas de ensino e currículo das escolas normais estabelecidas ao longo das décadas no estado.

No entanto, antes desse período de expansão, existiam apenas duas escolas normais em Mato Grosso nos anos 1930: a Escola Normal Pedro Celestino, fundada em Cuiabá em 1910, e a Escola Normal Joaquim Murтинho, estabelecida em 1932 na cidade de Campo Grande.

A formação de educadores primários deixou de ser oferecida nessas duas escolas normais quando ocorreu a criação do curso de especialização para docentes no Liceu Cuiabano, por meio do Decreto n.º 112, de 29 de dezembro de 1937 (MATO GROSSO, 1937). Em Campo Grande, esse mesmo curso foi disponibilizado no Liceu campo-grandense, por meio do Decreto n.º 229, de 27 de dezembro de 1938 (MATO GROSSO, 1938). Após um período de inatividade, essas unidades retomaram suas atividades por meio do Decreto-Lei n.º 834, de 31 de janeiro de 1947 (MATO GROSSO, 1947).

Apesar do período de fechamento da Escola Normal Pedro Celestino ter sido mencionado em diferentes estudos, constatamos ainda a existência de uma lacuna na história da educação em relação a esse acontecimento. Portanto, é necessário realizar investigações mais aprofundadas para esclarecer as motivações que levaram ao encerramento das atividades das instituições de formação docente, bem como as condições do ensino normal após esse fato. Esse episódio levanta questionamentos sobre a razão pela qual o governo estadual considerou necessário interromper a formação de professores primários nessas instituições de ensino na época.

Diante dessa circunstância, formulamos a seguinte questão de pesquisa: como o fechamento das escolas normais foi representado nos documentos oficiais emitidos pela gestão estadual? Portanto, este texto tem como objetivo analisar as representações construídas sobre o ensino normal que estavam relacionadas ao encerramento das escolas de formação de professores primários em Mato Grosso no período de 1937 a 1947

O recorte temporal escolhido deve-se ao encerramento das atividades da Escola Normal Pedro Celestino no final de 1937 e ao restabelecimento do ensino normal em 1947.

Dessa forma, os discursos representacionais difundidos pela gestão estadual foram analisados com base no conceito de representações elaborado por Roger Chartier (1990). Esse conceito compreende a atuação de indivíduos, grupos e instituições que buscam estabelecer mecanismos perceptivos sobre determinados fatos, com o objetivo de se tornarem preponderantes na sociedade, além de estarem vinculados aos seus interesses específicos. As representações têm como objetivo classificar, ordenar e definir algo do ambiente social no qual foram emitidas, com o intuito de introduzir ideias e visões sociais a serem aceitas e praticadas pelas pessoas.

As representações governamentais sobre a interrupção das atividades nas instalações da Escola Normal de Cuiabá e Campo Grande foram divulgadas pelos decretos estaduais veiculados no Diário Oficial de Mato Grosso. Portanto, para este estudo, concentramos a análise das narrativas expostas no Decreto n.º 112/1937 (MATO GROSSO, 1937), que trata do fechamento da Escola Normal Pedro Celestino.

Os discursos apresentados no documento oficial tinham o objetivo de criar uma atmosfera favorável ao fechamento da escola normal, ao construir uma narrativa que transmitia a ideia de que esse evento, inicialmente visto como negativo para a educação escolar do estado, era percebido como algo positivo para a formação de educadores na época pela esfera governamental.

Além de abordar esse aspecto, também discutiremos o processo de profissionalização docente diante do fechamento das escolas normais no estado durante o período mencionado. Para isso, faremos análises com base na abordagem de Antônio Nóvoa (1995) sobre a profissionalização de professores. O autor compreende esse processo a partir das relações estabelecidas entre o Estado e os professores, uma vez que as intervenções estatais contribuíram para a criação de circunstâncias que influenciam na caracterização da profissão docente e na relação estabelecida com os professores, os quais podem reagir às ações governamentais buscando a melhoria da profissão.

Para a realização deste trabalho, foram consultados decretos e mensagens oficiais encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso. As análises revelaram que as narrativas presentes nesses documentos buscavam transmitir a ideia de que o fechamento da instituição de formação docente resultaria em um contexto propício para o desenvolvimento do ensino estadual.

Aspectos históricos da formação de professores primários em Mato Grosso

O governador de Mato Grosso, Pedro Celestino (1911), com o objetivo de estabelecer uma escola normal no estado, visou contratar professores vindos de São Paulo para assumirem a coordenação do processo de criação e funcionamento de uma instituição de formação de professores primários.

Dessa forma, com a chegada dos docentes paulistas, foi organizada a estrutura pedagógica da Escola Normal de Cuiabá, que teve sua regulamentação oficializada por meio do Decreto n.º 266, de 3 de dezembro de 1910 (MATO GROSSO, 1910). No início dos anos 1930, a Escola Normal de Cuiabá foi renomeada como Escola Normal Pedro Celestino, em homenagem ao mencionado governador (SILVA, 2006).

No início das atividades da instituição, a falta de um prédio adequado era um dos problemas que afetavam o desenvolvimento das atividades pedagógicas, uma vez que a escola funcionava em uma casa alugada na antiga Rua 1º de março, atualmente conhecida como Rua Galdino Pimentel. O local não oferecia as condições adequadas para proporcionar um ambiente propício à formação de professores, como relatado por Leowigildo de Mello, “a mais urgente medida a se tornar, é a mudança da escola para outro prédio. Nenhuma das casas que ela ocupa atualmente oferece as condições higiênicas e pedagógicas exigidas nos prédios escolares” (MATO GROSSO, 1911, p. 1).

Além disso, as interferências políticas na contratação de professores para lecionar na instituição eram um aspecto que dificultava o funcionamento da escola, pois muitas vezes as indicações políticas para ocuparem cargos docentes e administrativos não consideravam as necessidades pedagógicas da instituição, o que afetava o desenvolvimento do ensino. Assim, a nomeação dos educadores estava relacionada à influência partidária, em detrimento das qualificações pedagógicas do candidato à docência (SILVA, 2006).

Esse aspecto da profissionalização docente foi abordado por Nóvoa (1995), ao afirmar que uma das etapas para o avanço da docência como uma atividade profissionalizada é estabelecer um suporte legal para o exercício da profissão. A definição oficial de quem poderia atuar como profissional do ensino ainda não estava consolidada no estado, uma vez que os critérios de ingresso nessa carreira sofriam interferências políticas, o que permitia a possibilidade de pessoas sem as devidas qualificações pedagógicas exercerem a atividade educacional.

Apesar da dificuldade em basear o ingresso na docência nos aspectos pedagógicos e da falta de profissionais com formação adequada para lecionar na escola normal, começava a se

estabelecer um conjunto de saberes necessários ao exercício da docência, conforme destacado por Nóvoa (1995).

Após o ano de 1913, a duração do curso foi estendida para quatro anos. Embora isso fosse relevante para a formação docente, permitindo mais tempo para estudo e amadurecimento das concepções teóricas e práticas da profissão, o número de formandos da escola normal era menor do que a quantidade de alunos matriculados no curso nos primeiros anos após sua criação em 1910, resultando em um número reduzido de normalistas aptos a lecionar nas escolas primárias do estado (SILVA, 2006).

No entanto, durante o segundo mandato de Pedro Celestino (1922–1926), a escola conseguiu expandir suas atividades de formação docente, o que resultou em um aumento do número de formandos no curso. Essa expansão do ensino normal estava relacionada à reforma da escola, que incluiu a presença de um técnico especializado para exercer a administração da instituição (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2009).

Além da Escola Normal de Cuiabá, foi estabelecida uma unidade de formação de educadores no sul do estado devido à chegada do transporte ferroviário e rodoviário na região, que facilitou a migração e contribuiu para a expansão do comércio. Assim, a criação de escolas primárias para atender à população da parte sul de Mato Grosso resultou na necessidade de professores (BITTAR, 2004).

Diante desse contexto, a Escola Normal Joaquim Murtinho foi fundada na cidade de Campo Grande no início dos anos 1930. A escola operava no mesmo prédio onde o Grupo Escolar Joaquim Murtinho havia sido estabelecido em 1921 (BITTAR; FERREIRA JR., 1999). No entanto, a instituição enfrentava problemas relacionados à falta de infraestrutura adequada, pois o local não possuía um espaço apropriado para realizar as atividades escolares. Além disso, havia dificuldades em administrar a coexistência da escola normal e do grupo escolar no mesmo ambiente (MATO GROSSO, 1931).

Apesar dos problemas estruturais das escolas normais, o governo empreendeu esforços para realizar modificações no curso de formação de professores, buscando incorporar os princípios da escola nova ao currículo, incluindo aspectos psicológicos desenvolvidos pelo setor educacional (RODRIGUES, 2006).

Durante as décadas de 1920 e 1930, foram tomadas iniciativas para melhorar o ensino oferecido nessas instituições de formação, como a introdução e expansão da carga horária das disciplinas do curso normal, que tinha a duração de quatro anos.

Conseqüentemente, o programa da escola normal de 1926 já apresentava alterações em sua estrutura, com maior ênfase nos estudos de psicologia na educação, que passaram a ser abordados de forma mais abrangente ao longo do curso. Isso permitiu a inclusão de conteúdos como o estudo das necessidades e diferenças individuais no desenvolvimento humano, especialmente no desenvolvimento da criança (FIN, 2012).

A necessidade de ampliar os conhecimentos dos professores, a fim de superar a limitação de estudos restritos ao domínio básico dos conteúdos, foi apontada pelo diretor da escola normal em 1924 como um desafio a ser enfrentado por meio das mudanças estabelecidas no Programa do Ensino Normal em 1926, pois

[...] o novo programa transformou os conteúdos de Psicologia e Higiene em cadeiras específicas, sendo que a primeira passou a ser trabalhada no curso desde o 2º ano, unindo-se ao conhecimento de Pedagogia; no 3º ano, fundamentando os conhecimentos de Metodologia Didática (FIN, 2012, p. 78).

Foi incluída a disciplina de higiene no Programa da Instrução Pública Primária, o que levou essa disciplina a ser incorporada ao currículo do ensino normal. Os conhecimentos relacionados à educação corporal, como a natureza de diferentes doenças e suas conseqüências, bem como os cuidados e tratamentos recomendados, eram os saberes que os professores deveriam adquirir na escola normal (FIN, 2012).

A abordagem de ensino baseada no conhecimento prático-teórico do processo de ensino-aprendizagem tornou-se marcante devido às influências do movimento escolanovista. A criação de escolas modelo anexas às escolas normais teve como objetivo permitir a prática dos métodos aprendidos no curso normal.

As práticas de organização da vida escolar e dos métodos de ensino que os alunos do curso normal deveriam compreender ocorriam por meio da observação e imitação das práticas pedagógicas realizadas pelos professores da escola anexa. As aulas permitiam aos estudantes ver como os docentes organizavam os alunos e ensinavam os conteúdos (CARVALHO, 2003).

Nos anos 1930, houve uma reestruturação do currículo do curso com o objetivo de proporcionar uma formação mais profissionalizante. Foram removidas as disciplinas de metodologia, método, ginástica e educação moral e cívica, sendo introduzidas as disciplinas de história da educação, redação oficial, educação física e educação cívica (FIN, 2012).

As escolas normais do estado continuavam a oferecer um curso de quatro anos, com ênfase na continuidade do estudo das metodologias de ensino no último ano e, na prática dos

cursistas na escola modelo. A formação docente tinha como objetivo principal o aprendizado de como transmitir os conhecimentos educacionais aos alunos.

As iniciativas governamentais destinadas a modificar os aspectos relacionados à formação de professores refletem a tentativa de incorporar, ao perfil desses profissionais, os conhecimentos educacionais desenvolvidos ao longo das décadas. A profissionalização do magistério, conforme destacado por Nóvoa (1995), avançou quando os saberes pedagógicos se aproximaram de um embasamento teórico proveniente das pesquisas na área da educação.

Ao longo de sua trajetória, o curso de formação de professores primários foi se estruturando de forma especializada e com uma duração relativamente longa, por meio das instituições criadas com esse propósito. No entanto, o fechamento das escolas normais teve um impacto negativo na continuidade desse processo de fortalecimento da profissionalização do magistério no estado.

As representações acerca do fechamento da escola normal em Mato Grosso

A Escola Normal Pedro Celestino, localizada em Cuiabá, foi inativada por meio de decreto governamental no final dos anos 1930, sendo determinado que a formação docente seria ofertada através de um curso de especialização disponibilizado no Liceu Cuiabano.

O Decreto n.º 112/1937 (MATO GROSSO, 1937) foi publicado durante o governo do interventor federal no estado Júlio Strübing Müller. O referido decreto estabelecia o fechamento da escola normal a partir de um conjunto de argumentações destinadas a criar um embasamento justificável para esta decisão adotada pela gestão estadual, bem como definir algumas diretrizes para o funcionamento da formação de professores primários após esse decreto.

Desse modo, a narrativa difundida no decreto procurava enfatizar os aspectos que a educação escolar ganharia com a interrupção das atividades da escola normal, conforme podemos evidenciar: “considerando que o grande número de normalistas diplomadas, suficientemente para a necessidade do nosso ensino primário, permite a exigência de um curso mais longo e mais profundo para os futuros candidatos ao magistério” (MATO GROSSO, 1937, p. 1).

A representação revelada inicialmente neste trecho destacava que o fechamento da escola normal não resultaria na falta de professores formados para as escolas primárias do estado. Essa percepção criava um cenário onde os alunos não ficariam sem professores normalistas em cada instituição de ensino primário. Em outras palavras, a presença desses

professores garantiria a continuidade de uma educação escolar realizada por profissionais qualificados, uma vez que a quantidade de normalistas atendia à demanda das escolas de Mato Grosso.

A narrativa governamental está relacionada ao avanço da formação docente, pois pode-se observar que, primeiramente, buscou-se sedimentar a ideia de que encerrar as instituições formativas não seriam um problema. Em seguida, foi apresentada a percepção de que a formação de educadores primários passaria por modificações que proporcionariam progresso pedagógico aos candidatos ao magistério.

O encerramento das atividades na Escola Normal Pedro Celestino representaria o desenvolvimento da formação docente no estado, sem trazer prejuízos ao ensino primário com o fechamento da unidade. Isso reforçava a ideia de que o momento da docência em Mato Grosso permitia a implementação de mudanças no ensino normal, devido à quantidade suficiente de normalistas existentes no estado.

Uma das alterações consistia na possibilidade de os candidatos à docência realizarem, inicialmente, um curso secundário ginásial e, posteriormente, optarem pelo curso de especialização para professores primários, que tinha a duração de um ano. Essa mudança foi apresentada pela gestão estadual como positiva para a formação dos futuros docentes, permitindo um período longo de dedicação e preparo profissional.

Dessa forma, o uso das palavras “longo” e “profundo” está articulado para reforçar a ideia de que haveria um avanço pedagógico na formação dos professores e, conseqüentemente, uma melhoria no ensino das escolas primárias. Isso se deve ao fato de que essas instituições contariam com a presença de profissionais mais capacitados para exercer o magistério.

Segundo o Decreto n.º 112/1937, a ampliação do tempo de estudo para atuar na docência equivalia à conclusão das quatro séries do curso secundário ginásial e mais um ano de especialização para o magistério. No entanto, no relatório do interventor federal Júlio Müller para o Presidente da República, em 1940, foi mencionado que o curso de especialização para educadores primários deveria ter uma duração de dois anos (MATO GROSSO, 1940).

A partir dessa mudança, a perspectiva do governo indicava que o futuro professor teria tempo suficiente para aprofundar seus conhecimentos educacionais antes de exercer o ensino nas escolas primárias do estado, como enfatiza o decreto: “considerando que estes candidatos podem seguir mesmo curso seriado dos gymnasios do ensino secundário, completando o seu preparo profissional com os estudos das matérias especializadas, feito após a terminação do curso seriado” (MATO GROSSO, 1937, p. 1).

Após fundamentar a visão de que o fechamento das escolas normais não afetaria a inserção de normalistas no magistério primário, devido ao quantitativo já existente, o encerramento das atividades da instituição também foi associado ao desenvolvimento pedagógico dos candidatos ao magistério.

Esse aspecto foi reforçado quando a gestão estadual apresentou o entendimento de que os alunos que ingressassem no curso ginásial estariam melhor preparados para tanto. Além disso, eles obteriam um melhor aproveitamento no curso de formação devido ao estudo realizado com eficiência em colégios particulares, que os preparavam para o exame de admissão ao ensino secundário. Essa perspectiva é destacada no decreto: “considerando que há nesta capital vários collegios particulares que preparam, com eficiencia, os alumnos que desejam prestar o exame de admissão ao curso secundário o que o Estado não deve fazer concorrência a esses collegios, antes devem contribuir para que elles prosperem” (MATO GROSSO, 1937, p. 1).

A esfera governamental evidenciou um cenário destinado à eficiência na preparação dos educandos para o ingresso no curso secundário ginásial, visando elevar o nível educacional dos discentes tanto no ginásio como para aqueles que realizariam o curso de especialização para professores primários oferecido no Liceu Cuiabano. Isso contribuiria para a melhoria da formação docente no estado.

Os colégios particulares são apresentados pela gestão estadual como exemplos de eficiência no ensino no estado. Em sua narrativa, destaca-se a importância do crescimento dessas entidades privadas, e o Estado é incentivado a apoiar seu desenvolvimento como forma de colaborar com a melhoria do ensino em Mato Grosso.

O entendimento difundido sugere que a oferta de ensino público não deve competir com a educação eficiente fornecida pelas escolas privadas. Portanto, elas devem ser mantidas e ampliadas no estado. Assim, a extinção das escolas públicas não é vista como prejudicial para a educação em Mato Grosso, mas sim como um mecanismo que poderia contribuir para o progresso geral do ensino estadual. Essa ideia foi associada ao fechamento da escola normal.

Na perspectiva do Estado, o fechamento da escola normal pode ser considerado como a eliminação de uma barreira que dificultava o acesso das pessoas a outras profissões, pois “considerando que a organização atual da Escola Normal Pedro Celestino não permite que os alunos completem a matrícula nas escolas superiores, privando-os de seguir outra profissão” (MATO GROSSO, 1937, p. 1).

Nesse sentido, a representação divulgada pelo Estado buscava inferir a ideia de que a escola normal precisava passar por alterações em sua organização, sendo incorporada ao prédio do Liceu, a fim de oportunizar não apenas o crescimento pedagógico da formação docente, mas também permitir que os alunos pudessem optar por outras carreiras. Dessa forma, o encerramento da escola normal significava um ganho para a sociedade mato-grossense, com a possibilidade dos indivíduos se tornarem profissionais em áreas diferentes.

Para enfatizar os benefícios da modificação na oferta do ensino normal, a gestão estadual destacou os investimentos em cursos que proporcionariam, na prática, as condições para as pessoas poderem seguir outras profissões, por meio de cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior. De acordo com o decreto, “considerando que há urgência na instalação do curso complementar criado pela Lei nº 49, de 10 de outubro de 1936, destinado ao preparo dos candidatos a matrícula dos cursos superiores” (MATO GROSSO, 1937, p. 1).

Nessa perspectiva, tal narrativa visou ampliar a percepção dos benefícios advindos do fim da escola normal, uma vez que a nova organização não impediria a mudança de profissão por parte dos professores, além de possibilitar a preparação necessária para a inserção em cursos superiores.

Sendo assim, a visão ressalta a não necessidade de investimentos na ampliação das escolas normais, pois a população teria mais vantagens quando o governo investisse na efetivação de cursos preparatórios e na criação de mais cursos profissionalizantes, conforme mencionado no próprio decreto: “considerando que é imperativo inconstentavel a criação de escolas profissionais nesta capital e que um Curso de Guarda Livros virá facilitar a muitos moços a seguir essa profissão” (MATO GROSSO, 1937, p. 1).

A ideia representada no discurso governamental reforçou o entendimento de que seria melhor para a sociedade mato-grossense a ampliação das possibilidades de seguir outras carreiras, enquanto a profissão de professor seria mantida por meio da criação de um curso de especialização. Dessa forma, foi construído um ambiente representacional no qual o fechamento da escola normal não deveria ser visto como prejudicial para o ensino estadual, uma vez que o curso normal oferecido no Liceu não seria mais considerado uma barreira para o ingresso nos cursos superiores.

As noções elaboradas pelo estado buscaram construir um enredo articulado de justificativas que visavam impor e legitimar as mudanças implantadas no final do ano de 1937, no que se refere à educação escolar e à extinção da escola normal. Para tanto, procurou articular os discursos de maneira complementar e reforçar o entendimento de que suas ações levariam

ao progresso educacional de Mato Grosso, proporcionando à população maiores oportunidades profissionais, mesmo com o fim do curso de formação docente nas instalações das escolas normais. Esse aspecto é referenciado por Chartier (1990, p. 17), ao relatar que as representações construídas “são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”.

Sendo assim, as representações advindas da gestão estadual buscaram estabelecer mecanismos perceptivos sobre as alterações efetuadas no ensino normal a partir do fechamento da escola normal, com o objetivo de classificar e ordenar as mudanças para tornarem-se preponderantes na sociedade, sendo aceitas e praticadas pelas pessoas (CHARTIER, 1990).

Apesar da elaboração de uma visão que enaltecia a elevação pedagógica do ensino normal e o avanço da educação escolar no estado, por meio das intervenções estatais na formação de professores, as ações do governo permitiram o surgimento de restrições que dificultaram, na época, o desenvolvimento da docência como uma categoria profissionalizada em Mato Grosso.

O encerramento da escola normal no estado por um período de dez anos contribuiu para o surgimento de uma imensa lacuna no ensino normal em Mato Grosso. Conforme observamos nos aspectos históricos da formação de professores, o curso normal estava buscando se consolidar nos anos 1920 e início dos anos 1930.

Apesar de ter ocorrido várias interrupções em sua origem no final do século XIX, várias tentativas de reformulação pedagógica em seus currículos ocorreram nessa época, assim como a ampliação das disciplinas e o tempo de formação, estabelecendo que a formação docente ocorreria em quatro anos.

No entanto, esse esforço foi interrompido com a extinção da Escola Normal Pedro Celestino e a subsequente redução do tempo de formação, quando foi oferecido um curso de especialização para professores primários no Liceu Cuiabano.

Conforme salientou Nóvoa (1995), o desenvolvimento da profissionalização do corpo docente passa pela criação de instituições específicas para a formação de professores. Esse aspecto não foi seguido pelo governo estadual. Pelo contrário, em vez de buscar ampliar o número de escolas normais no estado, ele optou por fechar as únicas unidades destinadas à formação de educadores.

A importância de instituições voltadas exclusivamente para a formação docente é destacada por Nóvoa (1995), ao evidenciar que o desenvolvimento profissional ocorre com base em uma formação especializada, com disciplinas direcionadas a oferecer o embasamento

teórico e prático necessário para atuar na docência. Além disso, esse curso deve ter uma duração relativamente longa e ser realizado em uma escola cujo único propósito seja formar professores.

Assim, ao extinguir a escola normal, a gestão estadual não permitiu a ampliação e consolidação de instituições dedicadas exclusivamente à formação de professores. Aqueles que desejavam se dedicar a essa profissão eram obrigados a se matricular em um curso de especialização com uma duração significativamente inferior à do curso normal no início dos anos 1930.

A profissionalização do magistério foi prejudicada com o fim dessa escola, pois o tempo de estudo e preparação para a docência foi reduzido com a criação do curso de especialização para professores no Liceu Cuiabano.

O conjunto de conhecimentos e técnicas necessários para a atividade docente deveria ser adquirido em um curto período, o que contribuiu para o enfraquecimento da docência como uma atividade especializada, baseada em práticas e saberes consolidados durante um curso de longa duração, realizado em escolas dedicadas especificamente a esse propósito.

Para a esfera governamental, o fechamento da escola normal significava o aumento do tempo e do aprofundamento pedagógico da formação dos professores, ao considerar esta última como o somatório do tempo de estudo do ginásial e da especialização.

No entanto, constata-se que esse “tempo mais longo e profundo aos futuros candidatos ao magistério” (MATO GROSSO, 1937, p. 1) não estava direcionado para o desenvolvimento de um corpo de conhecimentos e técnicas especializados para o magistério. Isso ocorre porque o tempo designado ao curso ginásial não tinha a finalidade de formar professores, suas disciplinas e organização não tinham essa intenção. As disciplinas especializadas seriam abordadas posteriormente ao ginásio, o que não caracterizava um aprofundamento pedagógico para o magistério, uma vez que as matérias específicas seriam parte da formação dos professores em um curto período.

Além desse aspecto, a docência ainda carecia de um avanço maior para se fortalecer como uma atividade profissionalizada. Apesar da afirmação da gestão estadual de que havia inúmeros normalistas diplomados para atender adequadamente a demanda das escolas primárias, os relatórios dos governos subsequentes destacavam a problemática da presença significativa de educadores leigos, ou seja, professores sem a formação proveniente da escola normal, exercendo o magistério no estado.

Assim, o fim da escola normal pode ter contribuído para a agravamento dessa situação nas décadas seguintes, uma vez que as instituições voltadas para a formação docente ficaram

paralisadas no estado por um período de dez anos. Apesar da existência de um curso de especialização para professores primários no Liceu Cuiabano, os relatórios governamentais de 1940 e 1942 indicam um número reduzido de matrículas nesse curso, com apenas três e quatro alunos matriculados, respectivamente.

Considerações finais

As representações governamentais criaram um cenário que destacava o progresso educacional no estado, derivado de suas ações em relação ao ensino normal. No entanto, o encerramento das atividades da escola normal deveria ser considerado como o caminho que possibilitou à gestão estadual promover o crescimento pedagógico, na formação de professores e melhorar o rendimento dos alunos das escolas primárias, por meio da atuação de profissionais mais preparados para o magistério primário.

No entanto, as intervenções do governo estadual no ensino normal prejudicaram o desenvolvimento da profissionalização docente em Mato Grosso na época, pois suprimiram a busca pelo fortalecimento dos conhecimentos e saberes especializados da profissão. As aproximações mais estreitas com as disciplinas científicas, em instituições voltadas exclusivamente para esse propósito, foram restringidas com a redução da carga horária do curso normal e sua inclusão em um prédio que oferecia vários cursos, sem o objetivo principal de dedicar-se à formação de professores.

Além de não contribuir para aprofundar a formação pedagógica dos professores, o fechamento da escola normal e suas adaptações colaboraram ainda mais para a manutenção e o aumento do problema da atuação de professores leigos no estado. Esse aspecto contribuiu para a continuidade da percepção do ensino como uma atividade não profissionalizada, uma vez que reduzia a necessidade de adquirir conhecimentos especializados por meio de estudos de longa duração e permitia o exercício da profissão sem a formação adequada proveniente das escolas dedicadas a essa finalidade.

Os aspectos históricos da formação de professores indicam que o curso voltado para sua constituição demorou muito tempo para se estabelecer no estado. No entanto, as duas únicas instituições de formação em Mato Grosso, apesar das dificuldades estruturais e de pessoal, mostraram iniciativas para reformular seu currículo, visando aprimorar os conhecimentos pedagógicos por meio de uma maior integração com as disciplinas científicas.

O período de quatro anos de formação dos futuros professores contribuía para fortalecer o desenvolvimento dos conhecimentos especializados em docência. No entanto, as análises das representações da gestão estadual sobre o ensino normal no final da década de 1930 indicavam uma falta de preocupação com os conhecimentos especializados da profissão. Por meio de seus discursos representacionais, eles buscavam legitimar as mudanças realizadas no ensino normal, enfatizando os aspectos positivos do fechamento da escola normal do estado.

Dessa forma, foi criada uma imagem negativa da escola normal, retratando-a como uma instituição que não oferecia uma formação pedagógica adequada para os futuros educadores. Além disso, argumentava-se que essa escola formativa prejudicava as oportunidades de ingresso em outras profissões, o que justificava seu fechamento em benefício da educação escolar em Mato Grosso. Nesse sentido, o discurso representacional foi elaborado para defender a ideia de que o fechamento da escola de formação de professores deveria ser aceito e compreendido como algo que elevaria o nível de ensino no estado.

No entanto, as representações analisadas aqui evidenciam a falta de compreensão da gestão estadual sobre a importância da escola normal no processo de profissionalização do ensino na época. Isso se deve ao fato de que aqueles que se dedicavam ao magistério deveriam possuir uma licença oficial, que estabelecesse sua condição de profissionais de ensino, provenientes de uma formação especializada em instituições dedicadas a esse propósito (NÓVOA, 1995).

REFERÊNCIAS

BITTAR, M. **Dos campos grandes à capital dos ipês**. Campo Grande, MS: Editora Alvorada, 2004.

BITTAR, M.; FERREIRA JR., A. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. *In*: CUNHA, F. A. M. **Campo Grande – 100 anos de construção**. Campo Grande, MS: Matriz, 1999.

CARVALHO, M. M. C. Reformas da instrução pública. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CHARTIER, R. **A história cultural: Entre práticas e representações**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FIN, M. T. **A apropriação das ideias escolanovistas no curso de formação de professores em Mato Grosso (1910-1937)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

MATO GROSSO. **Decreto n. 266, de 3 de dezembro de 1910.** Regulamento da Escola Normal. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1910.

MATO GROSSO. **Decreto n. 112, de 29 de dezembro de 1937.** Incorpora a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano e dá outras providências. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1937.

MATO GROSSO. **Decreto n. 229, de 27 de dezembro de 1938.** Cria o Liceu Campo-grandense e dá outras providências. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1938.

MATO GROSSO. **Decreto-Lei n. 834, de 31 de janeiro de 1947.** Cria duas escolas normais, na capital do estado e em Campo Grande com as designações respectivamente de Escola Normal Pedro Celestino e Escola Normal Joaquim Murtinho. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1947.

MATO GROSSO. **Mensagem à Assembleia Legislativa de Mato Grosso.** Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1940.

MATO GROSSO. **Relatório do movimento anual das Escolas Normal e modelo anexa.** Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1911.

MATO GROSSO. Rolo n. 061 planilha, microfilme cópia no Centro de Documentação Tekio Arandiu/NEPPI/UCDB. **Relatório apresentado ao Exm.º Sr. Dr. Secretário Geral do Estado pelo professor Franklin Cassiano da Silva.** Cuiabá, 29 de agosto de 1931.

NÓVOA, A. (coord.). **Os professores e sua formação.** 2. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

RODRIGUES, A. M. R. V. **O movimento da Escola Nova no Sul de Mato Grosso: Uma análise das contribuições para a educação do estado na primeira metade do século XX.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2006.

RODRÍGUEZ, M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. A Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950). In: O. M. R. F. (org.). **Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006):** História, Historiografia, Instituições escolares e Fontes. Campo Grande: UFMS, 2009.

SILVA, E. F. S. P. **Escola Normal de Cuiabá: História da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916).** Cuiabá: Central de Texto EdUFMT, 2006.

Sobre os autores

Rômulo Pinheiro de AMORIM

Secretaria de Educação de Mato Grosso (SEDUC), Cuiabá – MT – Brasil. Professor de Educação Básica. Doutorado em Educação (UFGD). Pós-doutorado (UFMT).

Elizabeth Figueiredo de SÁ

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá – MT – Brasil. Professora Associada. Doutorado em Educação (USP). Pós- doutoramento (UC-Portugal).

Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

